

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Em 721, um concílio romano presidido pelo papa Gregório II proibiu o casamento com uma *commater*, isto é, a madrinha de um filho, ou a mãe de um filho de quem se fosse padrinho. Isso levou o papado a se alinhar com a legislação promulgada, algumas décadas antes, em Bizâncio. A adoção marcadamente rápida desses princípios sugere que o clero franco já sustentava concepções similares. Isso é ilustrado por um caso curioso contado por um clérigo franco anônimo, em 727. Ele censurava a maneira traiçoeira pela qual a infame concubina Fredegunda havia conseguido se tornar a esposa legal do rei Quilpérico. Durante uma longa ausência do rei, ela persuadira sua rival, a rainha Audovera, a tornar-se madrinha da própria filha recém-nascida. Assim, a ingênua Audovera foi subitamente transformada na *commater* de seu próprio marido, impossibilitando qualquer relação conjugal posterior e deixando o caminho livre para Fredegunda.

Essa artimanha mostra que, poucos anos após o concílio romano de 721, o autor anônimo e seu público estavam bem familiarizados com os impedimentos derivados do parentesco espiritual. Não fosse o caso, seria impossível acusar Fredegunda de seu ardiloso truque. As cartas do missionário Bonifácio conferem testemunho adicional a esse fato. Em 735, ele perguntou ao bispo escocês Pethlem se era permitido que alguém se casasse com uma viúva que era mãe de seu afilhado. “Todos os padres da Gália e na terra dos francos afirmavam que isso era um pecado grave”, escreveu ele. Soava-lhe estranho, já que ele nunca ouvira falar nisso antes. A questão devia preocupá-lo porque, no mesmo ano, escreveu a respeito para dois outros clérigos anglo-saxões. Evidentemente, o missionário até então não estava familiarizado com esse impedimento ao casamento, embora o clero continental, a quem ele se dirigia, considerasse a questão muito grave.

Mayke De Jong, Nos limites do parentesco: legislação anti-incesto na Alta Idade Média ocidental (500-900). In: Jan Bremmer (Org.). **De Safo a Sade. Momentos na história da sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 56-7 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as ideias do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 O tema central do trecho é a difusão da proibição eclesiástica ao matrimônio entre parentes espirituais na Europa da Alta Idade Média.
- 2 Ao qualificar Fredegunda como “infame” (quinto período do texto), a autora do texto demonstra simpatia pela rainha Audovera.
- 3 A autora propõe que a determinação do concílio em 721 formaliza ideias já vigentes entre os membros do clero.
- 4 O caso do missionário Bonifácio, não habituado com as proibições à união de um homem com a madrinha do filho dele, é mencionado no segundo parágrafo do texto como uma exceção que confirma a regra.

Julgue os seguintes itens, acerca dos mecanismos de coesão do texto CG1A1-I.

- 5 No primeiro período do texto, a forma verbal “fosse” descreve uma eventualidade no passado.
- 6 Os vocábulos “sua” e “própria”, ambos no sexto período do texto, indicam posse de Fredegunda.
- 7 No quarto período do segundo parágrafo, o pronome “ele” remete ao termo “bispo escocês Pethlem”.
- 8 A expressão “esse fato”, no terceiro período do segundo parágrafo, remete à acusação contra Fredegunda pelo clérigo anônimo.


Em relação às estruturas morfossintáticas do texto CG1A1-I, julgue os próximos itens.

- 9 No segundo período do segundo parágrafo, o termo “impossível” concorda com “acusar”.
- 10 No terceiro período do texto, o termo “marcadamente” qualifica o adjetivo “rápida”.
- 11 No terceiro período do segundo parágrafo, a expressão “a esse fato” complementa o termo “adicional”.

A correção gramatical, a coerência e os sentidos originais do texto CG1A1-I seriam preservados caso,

- 12 no segundo período do segundo parágrafo, se substituísse “ardiloso” por **doloso**.
- 13 no sexto período do segundo parágrafo, se suprimisse o vocábulo “antes”.
- 14 no último período do texto, se substituísse a expressão “esse impedimento” por **essa interdição**.
- 15 no início do quarto período do texto, se inserisse uma vírgula logo após o vocábulo “Isso”.

Julgue os próximos itens, relativos ao sistema operacional Linux, a redes de computadores e ao programa de navegação Microsoft Edge.

- 16 O Microsoft Edge, em sua versão mais atual, disponibiliza recurso que faz a leitura do texto de uma página da Web em voz alta.
- 17 No sistema operacional Linux, se o usuário estiver acessando o diretório `/bkp/pgerj/` por meio do Shell, então, ao digitar o comando `cd .` e teclar , ele será direcionado para o diretório `/` (barra), ou seja, para o diretório raiz do Linux.
- 18 O Linux utiliza, em seu terminal, os *prompts* padronizados `#` e `$` para, respectivamente, o usuário *root* e outros usuários.
- 19 Uma das finalidades do modelo de referência OSI é permitir a interação dos ativos de redes de computadores sobre os pacotes de transmissão na rede, com base nas diretivas padronizadas do modelo.

Com referência à organização e ao gerenciamento de arquivos e pastas, às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e ao armazenamento de dados na nuvem, julgue os itens a seguir.

- 20 Para descobrir o tipo de uma pasta, utilizando o Explorador de Arquivos do Windows 10, é suficiente clicar com o botão direito do *mouse* sobre a pasta desejada e selecionar a opção *Propriedades*.
- 21 O Google Drive é uma das ferramentas gratuitas que permite ao usuário armazenar e compartilhar arquivos e pastas na nuvem. Além de oferecer serviços de criação e edição de documentos, essa ferramenta disponibiliza 150 GB de espaço gratuito para os usuários armazenarem seus arquivos.
- 22 O *rootkit* é um vírus que não causa dano ao computador do usuário, uma vez que sua característica principal é apagar somente os dados de dispositivos móveis como *pendrives* e HDs externos.
- 23 O *botnet* é um vírus projetado especificamente para mostrar, no computador do usuário, propagandas oriundas das redes sociais.

Julgue os próximos itens, relacionados a aspectos diversos pertinentes a planejamento estratégico.

- 24 Na área de planejamento organizacional, considera-se que o planejamento estratégico, comparativamente ao planejamento tático, é de risco maior, devido à sua maior amplitude e ao seu maior prazo de execução.
- 25 **Situação hipotética:** Elvira, estagiária da área de planejamento organizacional, entende que o resultado final do planejamento estratégico consiste no estabelecimento de agenda de trabalho por período de tempo que permita à instituição trabalhar levando em conta as prioridades estabelecidas e as exceções justificadas. **Assertiva:** Nessa situação, o entendimento de Elvira está correto.
- 26 **Situação hipotética:** Rafael, gestor da área de planejamento organizacional, defende que o sistema de controle e avaliação do planejamento estratégico deve basear-se na relação entre custos e benefícios, e que, para tal, deve-se implementar setor específico, centralizado e diretamente subordinado à alta administração, para a apuração dos valores financeiros envolvidos. **Assertiva:** Nessa situação, o entendimento de Rafael está correto.
- 27 Conforme o modelo Porter de pensamento estratégico, o poder de barganha dos fornecedores se torna mais forte quando eles concorrem contra produtos substitutos.

Acerca da gestão da qualidade aplicada na gestão pública, julgue os itens seguintes.

- 28 O uso do ciclo PDCA não apenas prioriza a melhoria contínua de processos organizacionais, como também propicia o teste, a validação ou a negação de soluções para diferentes desafios.
- 29 Para elaborar e implementar indicadores de qualidade dos serviços de tecnologia da informação, a PGE/RJ pode valer-se do processo de *benchmarking*.
- 30 Tomada de decisões baseada na *expertise* do gestor constitui um princípio fundamental da gestão da qualidade total.

Julgue os seguintes itens, relativos a aspectos diversos pertinentes a noções de direito administrativo.

- 31 No Estado brasileiro, o Poder Legislativo, além da função normativa que lhe é típica, tem atribuição julgadora em situações taxativamente expressas na Constituição Federal.
- 32 A autarquia, em que pese ser pessoa jurídica de direito privado, terá as mesmas sujeições da administração direta, em razão do serviço prestado.
- 33 São considerados putativos os agentes públicos que desempenham atividade pública na presunção de que possuem legitimidade, embora sem investidura regular.
- 34 A descentralização por colaboração ocorre quando o Estado cria pessoa jurídica para transferir a execução de determinado serviço público.
- 35 Os agentes políticos se caracterizam, entre outros aspectos, por possuírem funções de direção e orientação estabelecidas na Constituição Federal.

A respeito da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, dos poderes administrativos, dos atos administrativos e do controle e responsabilização da administração, julgue os itens subsequentes.

- 36 Se um servidor removido pela administração por interesse público impetrar mandado de segurança visando anular o ato, ter-se-á, nesse caso, um exemplo de ato discricionário, razão por que será defeso o controle pelo Poder Judiciário.
- 37 Compete à PGE/RJ responder consultas formuladas pelo Tribunal de Contas do estado.
- 38 A motivação do ato administrativo deve ser explícita, clara e congruente, vinculando o agir do administrador público e conferindo o atributo de validade ao ato.
- 39 Convalidado ato administrativo para suprir vício que o inquinava de ilegalidade, os efeitos do ato serão irretroativos.
- 40 Causado dano ao meio ambiente por omissão no dever de fiscalização, a responsabilidade civil do Estado será solidária.

A respeito do conceito de Constituição, das teorias da Constituição e do poder constituinte, julgue os itens a seguir.

- 41 A Constituição Federal de 1988 (CF) permite, excepcionalmente, a iniciativa popular para a propositura de emendas constitucionais.
- 42 A Constituição.com, também chamada de *crowdsourced constitution*, é aquela que se implementa pela participação popular de usuários da Internet que, via *sites* de redes sociais, manifestam seu pensamento em relação a assuntos a serem constitucionalizados.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos princípios de interpretação constitucional e da eficácia das normas constitucionais.

- 43 As normas de eficácia limitada ou de aplicabilidade reduzida são aquelas que só produzem seus plenos efeitos depois da exigida regulamentação.
- 44 Pelo princípio da concordância prática, busca-se, em uma aparente situação de conflito entre bens jurídicos de proteção constitucional, a coexistência harmônica entre eles, de modo a evitar o sacrificial total ou a negação de um deles.

No tocante aos direitos e às garantias constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 45** Será constitucional lei estadual que venha a obrigar que as escolas e bibliotecas públicas tenham um exemplar da Bíblia.
- 46** Não existe no Brasil nenhuma hipótese legal de acolhimento da chamada candidatura nata, ou seja, o direito de o titular de mandato eletivo proporcional ser, obrigatoriamente, escolhido e registrado pelo partido como candidato à reeleição.
-

Julgue os itens a seguir, relativos à organização político-administrativa do Estado e às disposições constitucionais aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às funções essenciais à justiça.

- 47** A CF reconhece, em casos excepcionais, o direito de secessão aos entes federados.
- 48** Conforme regra consagrada na CF, o presidente da República detém imunidade penal relativa no que se refere às infrações penais que, cometidas antes ou durante o exercício do mandato, não guardem relação com as funções de chefe do Poder Executivo.
- 49** A CF assegura a juízes e promotores vitaliciedade após dois anos de exercício do cargo.
- 50** Uma CPI instalada em Poder Legislativo municipal pode promover a quebra de sigilo bancário.
-

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Relativamente à estrutura, às características e à forma de apresentação de demonstrações contábeis à luz da legislação societária e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens que se seguem.

- 51** A classificação dos dividendos pagos a acionistas como parte dos fluxos de caixa operacionais pode proporcionar informações relevantes aos usuários da contabilidade.
- 52** Instrumentos financeiros derivativos devem ser registrados no ativo circulante se sua liquidação ocorrer até o final do exercício social subsequente ao da demonstração contábil apresentada.
- 53** As notas explicativas complementam, no que couber, as informações apresentadas nas demais demonstrações contábeis, independentemente da qualidade de relevância.
- 54** Enquanto a legislação societária considera obrigatória a apresentação da demonstração de lucros e prejuízos acumulados, facultando sua apresentação dentro da demonstração de mutações do patrimônio líquido, o CPC classifica essa última demonstração como parte do conjunto completo de demonstrações contábeis.

Julgue os itens subsequentes, referentes à mensuração e à avaliação de itens patrimoniais diversos.

- 55** Segundo o CPC, o preço pelo qual uma transação não forçada se realiza no mercado é o valor justo, desde que tal preço seja diretamente observável.
- 56** Um ativo imobilizado reconhecido inicialmente pelo valor de R\$ 100 mil, com vida útil estimada de 80 meses e valor residual de 20%, terá um valor contábil líquido superior a R\$ 50 mil logo após o decurso de 50% de sua vida útil.
- 57** Ativos intangíveis não disponíveis para uso não estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, devendo este ser feito a partir do exercício social em que esse ativo entrar em uso.

Relativamente a conceitos de atuária, julgue os itens que se seguem.

- 58** Nos planos de contribuição definida, o patrocinador está obrigado a participar de eventuais desequilíbrios atuariais verificados.
- 59** Esperança de vida ao nascer ou vida média é resultado de um cálculo estatístico que se distingue daquele adotado para calcular a expectativa em relação à idade máxima que um indivíduo específico da sociedade atingirá.
- 60** A meta atuarial é o valor mínimo esperado para o retorno de investimentos do patrimônio do plano de benefícios complementares.

Relativamente aos procedimentos contábeis de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação, julgue os itens a seguir.

- 61** O procedimento contábil da depreciação não deve ser realizado quando o ativo for retirado temporariamente de uso.
- 62** O procedimento contábil de reavaliação pode ter como base o relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores.
- 63** A redução ao valor recuperável é entendida como o declínio gradual do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração.

Julgue os itens subsequentes, relativos a mensuração de passivos, provisões e passivos contingentes.

- 64** Apesar de não serem reconhecidos em contas patrimoniais, os passivos contingentes devem ser registrados em contas de controle e divulgados em notas explicativas.
- 65** As provisões devem ser reavaliadas mensalmente.

Acerca do ordenamento e da classificação das contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e do seu relacionamento com a natureza de cada informação contábil, julgue os itens que se seguem.

- 66** As contas da classe 5 (Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento) e da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) só podem ser lançadas contabilmente entre si.
- 67** É permitido um lançamento na conta Fornecedores (classe 2) em contrapartida à conta Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas (classe 8).

Julgue os seguintes itens, a respeito das categorias econômicas das despesas públicas e das receitas públicas.

- 68** As despesas correntes contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- 69** A receita orçamentária corrente e a receita orçamentária de capital são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários destinados ao atingimento das finalidades públicas e provocam um aumento das disponibilidades financeiras do Estado.

Os seguintes eventos foram contabilizados durante o primeiro exercício financeiro, já encerrado, da entidade pública X.

- I Aprovação da lei orçamentária anual, no valor de R\$ 200.000,00, sendo 70% na categoria econômica corrente e 30% na categoria econômica de capital, tanto para as receitas como para as despesas.
- II Lançamento de impostos no valor de R\$ 140.000,00, tendo sido arrecadado metade desse valor.
- III Empenho, liquidação e pagamento de despesas com água, luz e telefone, no valor de R\$ 30.000,00.
- IV Recebimento de um veículo em doação, no valor de R\$ 60.000,00.
- V Empenho e liquidação de despesas de pessoal, no valor de R\$ 110.000,00, 100% inscritas em restos a pagar.

A partir dessas informações hipotéticas, julgue os itens a seguir, relativos à elaboração e ao fechamento das demonstrações contábeis da entidade pública X.

- 70** O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais foi superavitário em R\$ 60 mil.
- 71** O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi nulo.
- 72** O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro foi superavitário em R\$ 40 mil.

Relativamente ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens que se seguem.

- 73** A fixação de tributo pela autoridade competente deve considerar, sempre que possível, a capacidade de cada contribuinte arcar com a carga tributária que lhe for atribuída.
- 74** As contribuições para o PIS, o PASEP e a COFINS são exemplos de tributos do tipo contribuição especial.
- 75** Tributo é prestação pecuniária compulsória, não oriunda de sanção, instituída em lei e cobrada via atividade administrativa plenamente vinculada, sendo indispensável para sua satisfação a respectiva liquidação em moeda corrente nacional.

Julgue os itens seguintes, relacionados ao imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ).

- 76** Quando não conhecida a receita bruta de uma empresa, o lucro arbitrado pela autoridade competente poderá alcançar 80% do total dos valores devidos aos seus empregados no mês da apuração.
- 77** Pessoas jurídicas e empresas individuais, salvo disposição legal em contrário, são contribuintes do IRPJ, ao passo que todos os empresários individuais são contribuintes do imposto de renda das pessoas físicas.
- 78** Suponha que uma empresa tributada pelo lucro real tenha optado pelo regime de pagamento por estimativa do seu imposto de renda e que, em dado mês, seu lucro tributável estimado tenha sido de R\$ 35 mil. Nessa situação, consideradas as alíquotas normal de 15% e adicional de 10%, e desconsiderados quaisquer outros fatores, o valor do imposto de renda a ser recolhido por estimativa será de R\$ 8.750.
- 79** Manter livro-caixa, no qual deverá estar escriturada toda a movimentação financeira, inclusive bancária, ou manter escrituração contábil, nos termos da legislação comercial, é exigência para as empresas que optarem pelo regime de lucro presumido.

Com referência às características e às metodologias de cálculo de tributos diversos, julgue os itens subsequentes.

- 80 Situação hipotética:** Determinada entidade comercial desembolsou R\$ 1.050 na aquisição de mercadorias para revenda. Os tributos não recuperáveis incidentes na compra somaram R\$ 100 e houve um desconto incondicional de R\$ 50 concedido pelo fornecedor. Essas mesmas mercadorias foram revendidas por R\$ 1.500. A alíquota de ICMS, tanto na compra quanto na venda, foi de 12%. **Assertiva:** Nessa situação, o lucro bruto apurado na operação foi de R\$ 390.
- 81** Pessoa jurídica optante pelo regime de lucro presumido deve recolher a COFINS e o PIS sem direito a crédito, e o valor recolhido será considerado definitivo.
- 82** Suponha que uma empresa tenha cobrado R\$ 100 mil pela prestação de serviços técnicos não financeiros e que, após a incidência de tributos na fonte, a empresa tenha sido creditada em R\$ 90 mil. Nessa situação, o ISS sobre essa prestação de serviços, considerada uma alíquota de 5%, é de R\$ 4,5 mil.

Com relação a taxas de juros, valor presente, montante e valor futuro, julgue os seguintes itens. Para efeito de cálculo, considere que $(1,05)^4$ é igual a 1,2.

- 83** Se, ao longo de um ano, um investimento for realizado mediante 12 depósitos mensais no valor de R\$ 5.000,00, e se esses depósitos forem capitalizados à taxa de 5% ao mês, sob o regime de juros compostos, então, ao final do primeiro ano, o montante do investimento será de R\$ 72.800,00.
- 84 Situação hipotética:** Uma loja anunciou a venda de certo produto mediante a seguinte forma de pagamento: uma entrada de R\$ 500,00 e, em seguida, quatro parcelas iguais no valor de R\$ 300,00, a serem pagas ao final do primeiro, do segundo, do terceiro e do quarto mês, sucessivamente. **Assertiva:** Nessa situação, considerando que a taxa de juros cobrada pela loja seja de 5% ao mês, então o valor à vista do produto será inferior a R\$ 1.350,00.
- 85** Se um imóvel for comprado por R\$ 250.000,00 e vendido um ano depois por R\$ 350.000,00, e se a inflação no período for de 10%, então a rentabilidade real dessa operação será inferior a 25%.
- 86** Uma aplicação com rentabilidade de 32% ao ano será mais vantajosa que uma aplicação que renda 10% ao quadrimestre.

Julgue os próximos itens, relacionados aos regimes de capitalização e desconto. Para tal, considere que $\log_2(1,1)$ é igual a 1,4.

- 87** Considerando que, para um título de valor nominal de R\$ 3.858,75, a antecipação do seu pagamento em dois meses proporcionará um desconto racional composto com taxa de 5% ao mês, é correto afirmar que o valor a ser pago antecipadamente será de R\$ 3.500,00.
- 88** Um investimento único de R\$ 200.000,00, que renda 10% ao ano, sob o regime de juros compostos, demorará 9 anos para dobrar de valor.
- 89** Caso um título no valor nominal de \$ 7.500,00 seja descontado 75 dias antes de seu vencimento, com uma taxa de 2% ao mês, então o valor do desconto obtido, se o regime for de desconto comercial simples, será de R\$ 375,00.
- 90** Considerando que o valor de R\$ 100.000,00 será aplicado à taxa de juros de 10% ao ano e resgatado em 6 meses, é correto afirmar que, se esse valor for aplicado sob o regime de juros simples, o valor do resgate será superior àquele que seria obtido sob o regime de juros compostos.

Com relação a porcentagem e proporcionalidade, julgue os itens subsequentes.

- 91** Se um item que estiver sendo vendido em um mercado sofrer, em três semanas, um desconto de 10% por semana, então, após o terceiro desconto, o valor desse item sofrerá um desconto de 30% no seu valor inicial.
- 92** Se, em uma empreiteira de obras, 18 trabalhadores, trabalhando 8 h por dia, forem capazes de construir um trecho de uma obra em 3 dias, então, esse mesmo trecho poderá ser construído por 6 trabalhadores, trabalhando 12 h por dia, em 6 dias.

Considerando a busca pela eficiência e eficácia dos trabalhos da auditoria, julgue os itens a seguir.

- 93** Alterações significativas em processos justificam priorização por parte da auditoria.
- 94** A amostra por estratificação é usada quando o exame de itens de valor apresenta grande variabilidade.
- 95** A auditoria deve auditar todos os processos da organização.
- 96** O plano anual de auditoria deve ser decidido pelos altos gestores da auditoria.
- 97** Nos testes de amostragem, o objeto de estudo cresce linearmente com o tamanho da população.

Julgue os itens que se seguem, acerca dos papéis de trabalho do auditor e do conjunto de regras e princípios que devem ser seguidos pela auditoria e pelo controle interno.

- 98** O gestor público pode delegar atividades e deve avaliar a relação custo-benefício do controle.
- 99** Os papéis de trabalho estão inseridos no campo da ciência normativa e, portanto, devem apresentar o juízo de valor do auditor em relação aos achados.
- 100** No relatório de auditoria, não devem ser elencados os pontos positivos encontrados, mas tão somente os apontamentos que justifiquem a emissão de recomendações.
- 101** Em uma auditoria, a identificação de atos irregulares deve ser comunicada aos administradores, para que eles possam tomar conhecimento do trabalho realizado.
- 102** Não se admite controle prévio na administração pública.

Em determinada perícia contábil extrajudicial, o perito verificará a compatibilidade dos estoques de uma empresa frigorífica, confrontando-os com os saldos registrados em sistemas próprios.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 103** Para decidir, de forma técnica, a controvérsia instaurada, o perito deverá aplicar o procedimento de avaliação.
- 104** Na conclusão do laudo, o perito poderá abordar elementos que não constarem nos quesitos, desde que esses elementos sejam relevantes para os fins da perícia.
- 105** O laudo ou parecer pericial a ser apresentado pelo perito deverá registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e generalizar os aspectos envolvidos no objeto pericial.
- 106** O perito responderá pelos quesitos suplementares e complementares elaborados pelas partes, em cumprimento à obrigação de esclarecimentos acerca do trabalho produzido, sem que isso motive novos honorários.
- 107** O perito poderá contar com o apoio de especialista de outra área de conhecimento especializado, não sendo responsável pelo trabalho desse profissional.

Observe a hipotética linha de tempo posta a seguir.

X0 → X1 → X2 → X3 → X4 → X5

X0 – produção de perícia extrajudicial;
 X1 – propositura da ação;
 X2 – fase de produção de provas, inclusive periciais;
 X3 – manifestações das partes sobre as provas produzidas;
 X4 – prolação da sentença;
 X5 – início do prazo para recurso.

A partir dessas informações, e tendo em vista as regras de produção da prova pericial judicial em um ciclo normal de sequência de fatos, julgue os itens subsequentes.

- 108** A perícia produzida e apresentada ao juízo poderá ensejar outra perícia, se o interesse de opinião abranger um objetivo que requeira amplo conhecimento de uma questão postulada.
- 109** No momento X3, o perito deverá avaliar os quesitos apresentados e poderá apontar aqueles que ele considerar impertinentes.
- 110** Antes do momento X1, as partes poderão suscitar a suspeição do perito, uma vez que elas já conhecerão os envolvidos no litígio, neles incluso o perito.
- 111** Na fase preliminar da perícia judicial, as partes e o juiz formularão os quesitos e o perito fará a apresentação da proposta de honorários.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei n.º 10.028/2000, julgue os itens a seguir.

- 112** O anexo de metas fiscais deverá acompanhar a lei orçamentária anual, trazendo o demonstrativo da compatibilidade da programação do plano plurianual com as diretrizes, os objetivos e as metas do governo. Adicionalmente, a LRF recomenda que seja publicada a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes previdenciários.
- 113** Autorizar ou ordenar despesa pública por meio de inscrição em restos a pagar para o exercício seguinte sem a contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, constitui crime contra a administração pública.

Tendo em vista que o orçamento público é um dos mais importantes instrumentos utilizados na gestão das finanças públicas de um país, julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

- 114** O orçamento base-zero é o método predominante de organização do orçamento público no Brasil e vem sendo utilizado para a avaliação e tomada de decisões sobre as despesas públicas da União e dos governos estaduais.
- 115** Em consonância com a Constituição Federal, a proposta de orçamento da seguridade social deve ser elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela previdência social, saúde e assistência social, respeitando as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- 116** O Governo do Estado do Rio de Janeiro pode realizar alteração orçamentária no orçamento anual, aprovado pelo Poder Legislativo, por meio da descentralização das despesas públicas, usando como instrumento o crédito extraordinário com a finalidade de atender insuficiência na dotação orçamentária da Procuradoria-Geral do Estado.
- 117** O Sistema de Planejamento e Orçamento Federal abrange as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, além da realização de estudos e pesquisas socioeconômicas, e tem como uma de suas finalidades a formulação do planejamento estratégico nacional.
- 118** A Procuradoria-Geral do Estado, na classificação institucional do orçamento do estado do Rio de Janeiro, é um órgão e como tal uma instituição que: é subordinada ou vinculada diretamente ao governador; tem autonomia administrativa, financeira e técnica.

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

- 119** A dívida ativa compõe o ativo da União ou dos estados ou municípios e constitui-se nos créditos da fazenda pública, tributários ou não, que, não pagos nos vencimentos, são inscritos em registro próprio, após apurada sua liquidez e certeza.
- 120** A partir da existência da nota de empenho, que cria o reconhecimento do fornecimento de um bem ou da prestação de um serviço ao Estado, fica assegurado ao credor o pagamento do crédito orçamentário, independentemente da liquidação da despesa.